

Limpeza não é tudo

Categories : [Reportagens](#)

No sábado, dia 17 de setembro, o tempo ruim prejudicou um pouco o trabalho dos voluntários cariocas no Dia Internacional de Limpeza de Praias. Sua missão era recolher o lixo e fazer campanha para conscientizar os banhistas a não emporcalhar o lugar que freqüentam. A data foi criada em 1986 pela ong norte-americana [Center for Marine Conservation](#). No Brasil, a campanha começou em 2003 sob o comando do [Instituto Aqualung](#).

Acostumar-se a manter a areia limpa é um bom primeiro passo, mas está longe de ser suficiente para fazer da praia um bom programa. Principalmente nas cidades. Infra-estrutura, informação e qualidade dos serviços prestados estão entre os critérios avaliados pelo programa [Bandeira Azul](#), que desde 1985 certifica praias urbanas em todo o mundo. Só agora ele chega ao Brasil.

No dia 18 de junho, o [Instituto Ambiental Ratores \(IAR\)](#), uma ong catarinense, foi escolhido como parceiro pela [FEE – Foundation for Environmental Education](#) (Fundação para Educação Ambiental), para fincar no país a Bandeira Azul. Mas só nas praias que merecerem o título.

São 27 critérios básicos, como segurança, acesso a deficientes físicos, a quantidade de informação disponível, banheiros, chuveiros, estacionamento e outros. A “bandeira azul” já foi concedida a 2.312 praias e 605 marinas em 27 países, como França, Espanha, África do Sul e Bahamas.

A coordenadora da campanha no Brasil, Marinez Scherer, diz que os [critérios europeus](#) estão sendo adaptados à realidade de cada região, mas as variações não devem ser muito grandes. Segundo Marinez, a praia que recebe o certificado da Bandeira Azul, além de assegurar boas condições ambientais para seus freqüentadores usuais, atrai o turismo consciente. “Nos países onde o programa já existe, ter a Bandeira Azul é um diferencial, pois o turista sabe que vai encontrar tudo o que precisa para se divertir tranquilamente”, diz Scherer.

Nem por isso ela espera, num primeiro momento, despertar interesse das prefeituras ou associações de moradores pelo programa. “A gente vai ter que dar um empurrãozinho”, reconhece. Para avaliar se uma praia ou marina merece a Bandeira Azul, o local será analisado por uma comissão nacional formada por técnicos de órgãos públicos, setores privados e ongs. Antes de virar certificado, o relatório da comissão ainda será enviado para a Dinamarca, onde fica a sede da FEE. De lá, vem a decisão final.

Algumas praias de Santa Catarina, São Paulo e Pernambuco já estão no alvo do IAR como primeiras candidatas à Bandeira Azul nacional. Mas Marinez Scherer não adianta detalhes. Diz

que o momento é de selecionar ongs pelo país para ajudar a fiscalizar a imensidão da nossa costa. Em pouco tempo, a instituição vai divulgar um edital para escolher suas parceiras.

Elas vão ter muito trabalho pela frente. Os problemas em praias urbanas no Brasil são recorrentes. Na semana passada, **O Eco** resolveu fazer uma avaliação informal da Praia do Arpoador (*foto*), point de surfistas na Zona Sul do Rio de Janeiro, segundo alguns critérios internacionais do programa Bandeira Azul.

A segurança parecia suficiente. Situação talvez momentânea. A orla naquele trecho passou a ser melhor policiada depois de um arrastão ocorrido há duas semanas. Outros pontos deixam a desejar. Quase não há sinais informativos para visitantes, e os que existem estão em péssimo estado. Não há regras estabelecidas para a ocupação do espaço.

Por exemplo: famílias com crianças pequenas precisam se precaver por conta própria da espaçosa prática do frescobol e suas bolinhas turbinadas. Além da ferrugem e de peças faltando, pichadores contribuem para aumentar o aspecto de desleixo do espaço público. Cachorros e pombos dividem a areia com os banhistas. Banheiros e chuveiros ficam no calçadão, em postos numerados. É preciso pagar para utilizá-los, e ainda assim sua manutenção deixa a desejar. Os quiosques da orla são um festival de improviso. A prefeitura vem tentando implantar um projeto para modernizá-los e instituir um padrão único de aparência e serviços. Mas a iniciativa parou na Justiça, que questiona a ausência de estudo de impacto ambiental para as obras. Talvez fosse o caso de estudar o impacto ambiental da ausência de obras.

Por fim, há o lixo. Na areia e na água. Dificilmente um dia por ano de conscientização popular vai fazê-lo sumir.